

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015**

Processos nº: 190.606/15

**“Contratação de empresas para fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h, fornecimento de software help-desk e serviço de gerenciamento de TI”.**

O Prefeito Municipal de Vacaria, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17/07/02, Decreto-Municipal nº 50 de 12/08/05 e Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta, licitação, sob a modalidade de PREGÃO presencial, tipo MENOR PREÇO por lote, para **“Contratação de empresas para fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h, fornecimento de software help-desk e serviço de gerenciamento de TI”**, no Município de Vacaria/RS.

Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidos até o dia **13/05/2015**, às **14h** no setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Vacaria, sito à rua Ramiro Barcelos, nº 915, Centro, CEP 95200-000, em Vacaria/RS. Nesta data e horário, será iniciada a sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas, pelo pregoeiro nomeado na portaria nº 07/2015, com observância do item 12.4 deste edital. Este edital foi confeccionado e será julgado pela Comissão de Portaria nº 07/2015, podendo se auxiliar da Comissão Permanente para eventuais dúvidas.

**Os lotes 02 e 03 são exclusivos para os beneficiados da LC 123/06 e suas alterações, no que tange a licitações.**

### **1 - DO OBJETO LICITADO**

#### **1.1 - OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:**

**1.1.1** – O presente procedimento licitatório destina-se a **Contratação de empresas para fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h, fornecimento de software help-desk e serviço de gerenciamento de TI**, para suprir as necessidades da Central de Processamento de Dados do Município – CPD, que precisa dos softwares para funcionamento, suporte e assessoramento na Rede Wireless proprietária do Município, onde há a trafegabilidade de dados entre as Secretarias, Escolas, Postos de Saúde e Administração, além de outros serviços como controle de banda, acessos, bloqueios/desbloqueios de portas que compreendem a segurança das informações por onde trafegam, bem como a assessoria em Gestão de Processo de tecnologia da informação na infra-estrutura, segurança e administração das redes Lan, Wan e Vlan.

**1.1.2** – Os serviços/fornecimentos/suportes mínimos estão descritos nos anexos VIII, IX e X deste edital, que deverão ser seguidos com rigor, sob pena de inabilitação/desclassificação e demais sanções do edital.

### **2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

Deverão ser entregues ao Pregoeiro, no setor de licitações, na data, horário e no endereço referido, 02 (dois) envelopes, com as seguintes indicações externas:

#### **No primeiro envelope**

Ao Município de Vacaria/RS

Setor de Licitações

**Pregão Presencial n.º 36/2015**

**Envelope n.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS**

Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e n.º do CNPJ)

Fone/Fax:

**No segundo envelope**

Ao Município de Vacaria

Setor de Licitações

**Pregão Presencial n.º 36/2015**

**Envelope n.º 2 - DOCUMENTAÇÃO**

Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e n.º do CNPJ)

Fone/Fax:

**2.1. CREDENCIAMENTO**

A licitante deverá fazer-se presente junto ao Pregoeiro mediante **somente um** representante legal, com os seguintes **DOCUMENTOS EM MÃOS**, conforme instruções abaixo:

**2.1.1.** O Credenciamento do Representante Legal da licitante deverá ser da seguinte forma:

**I** - caso o representante seja **sócio-gerente ou diretor da empresa**, deverá apresentar CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 4.1. I);

**II** - caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á mediante:

**a) Carta de Credenciamento** (conforme modelo do Anexo I), assinada pelo representante legal da empresa cuja comprovação far-se-á por meio da apresentação do CRC ou Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 4.1.I), ou

**b) Instrumento Público de Procuração**, que conceda ao representante, poderes legais, ou

**c) Instrumento Particular de Procuração**, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante, poderes legais, sendo que:

**2.1.1.1.** Se for concedido por sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada conforme descrito no subitem 2.1.1. I;

**2.1.1.2.** Se for assinada por outra pessoa, que não seja sócio-gerente ou diretor, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á por meio dos documentos que comprovem tal condição.

**2.1.2.** A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO (Anexo VI)**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Obs.: A declaração deverá estar assinada por pessoa devidamente habilitada nas formas supracitadas;

**2.1.3. O Credenciamento, juntamente com os documentos da sua comprovação autenticados, e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.**

**2.1.3.1.** Se a licitante não proceder ao prévio credenciamento do representante, não será admitida ao pregão e seus envelopes não serão recebidos.

**2.1.4.** O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante, junto ao Setor de Licitações, para comprovar os poderes do Credenciamento e/ou Procuração.

**2.1.5. Para exercer o direito de participar do Pregão, é obrigatória a presença de representante legal da licitante na sessão pública, sob pena do não-recebimento dos envelopes.**

**2.1.6.** Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa, o qual deverá estar munido de Cédula de Identidade.

**2.1.7.** Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

**2.1.8.** No momento do credenciamento, a licitante que pretende participar e se utilizar dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, no que tange a licitações, deverá apresentar declaração de que se beneficia da mesma (modelo Anexo V), assinada por representante legal e por contador ou técnico contábil da empresa.

**2.1.8.1.** A declaração citada no subitem anterior deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e a assinatura do mesmo.

**2.1.8.2.** A licitante que escolher pelo credenciamento por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, conforme o subitem 2.1.1 I, ficará dispensada da apresentação do documento referido no subitem 2.1.8, desde que tenha o campo Declaração de Enquadramento como ME/EPP preenchido, e **em vigor**.

### **3 - DA PROPOSTA - Envelope n.º 01**

A licitante deverá apresentar a proposta em 01 (uma) via **original ou cópia autenticada em cartório**.

**3.1.** A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado (vide item 02) e poderá ser apresentada no **Anexo II (Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta)**, devendo ser preenchida por meio mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **datada**

**e assinada por representante legal da empresa. A proposta deverá apresentar, também, a razão social, o n.º do CNPJ-MF da licitante e o nome completo de seu signatário.**

**3.1.1.** No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do lote, quanto à ordem, as quantidades e às características do mesmo.

**3.2.** A proposta deverá conter **PREÇO UNITÁRIO** e **GLOBAL DO LOTE**, ou seja, a multiplicação da quantidade do item pelo respectivo preço unitário (*conforme a unidade e a quantidade mencionada no Anexo II*), **expresso em reais, com 02 (duas) casas decimais**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

**3.3.** A licitante deverá informar em sua proposta (Anexo II), a **EMPRESA** do serviço ofertado.

**3.3.1.** Não será aceito, no momento da execução, empresa diferente daquela constante na proposta vencedora.

**3.4.** No preço proposto serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o material, objeto desta licitação.

**3.5.** Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição/execução do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante. O valor cotado é de inteira responsabilidade da licitante, devendo observar com rigor, quando da elaboração da proposta, para que não cote errado.

**3.6. A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições:**

**3.6.1** - O presente procedimento licitatório destina-se a **Contratação de empresas para fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h, fornecimento de software help-desk e serviço de gerenciamento de TI**, para suprir as necessidades da Central de Processamento de Dados do Município – CPD, que precisa dos softwares para funcionamento, suporte e assessoramento na Rede Wireless proprietária do Município, onde há a trafegabilidade de dados entre as Secretarias, Escolas, Postos de Saúde e Administração, além de outros serviços como controle de banda, acessos, bloqueios/desbloqueios de portas que compreendem a segurança das informações por onde trafegam, bem como a assessoria em Gestão de Processo de tecnologia da informação na infra-estrutura, segurança e administração das redes Lan, Wan e Vlan.

**3.6.2** - Os serviços/fornecimentos/suportes mínimos estão descritos nos anexos VIII, IX e X deste edital, que deverão ser seguidos com rigor, sob pena de inabilitação/desclassificação e demais sanções do edital.

**3.6.3** – Observar, quanto a habilitação, o item 4.3 incisos I, II e III, bem como seus subitens;

**3.6.4** - A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

**3.7.** Todo e qualquer fornecimento de serviço/material fora do estabelecido neste edital, ocasionará a imediata notificação da licitante vencedora, que ficará obrigada a

substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas, também, as sanções previstas no item 10 deste edital.

**3.8. A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Fax ou endereço de e-mail** para receber as comunicações oficiais, onde deverão constar na parte externa dos envelopes da documentação e das propostas, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, sob sua inteira responsabilidade, mantendo-os atualizados, durante o período de vigência do contrato, telefone, fac-símile e endereço, comunicando ao Setor diretamente ligado ao objeto da licitação, qualquer alteração de dados. Caso ocorra dificuldade por parte da administração, em comunicar-se com a vencedora, as atas serão publicadas no site oficial do município, cujo endereço eletrônico é [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br) link licitações, ou no diário oficial do estado e jornal do comércio, o qual é o utilizado como jornal de grande circulação.

**3.9.** Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

**3.10 -** As propostas deverão atender a todos os termos do Edital, principalmente quanto ao objeto, prazo, condições de entrega e pagamento.

**3.11 -** A apresentação da proposta pela licitante, implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação, inclusive quanto a habilitação.

**3.12 -** As propostas que não atenderem os termos deste Edital serão **desclassificadas**.

**A documentação deverá ser apresentada, em envelope lacrado (vide item 02), em 01 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião, ou, previamente, por servidor do setor de licitações, conforme subitem 12.9, ou publicação em órgão de imprensa oficial, os seguintes documentos:**

#### **4.1. Habilitação Jurídica**

**I - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor;

**a)** A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem **4.1.I**, devendo vir acompanhado de todas as alterações **posteriores**, caso houver;

**b)** Ficará dispensada do documento solicitado no subitem **4.1.I** a licitante que já o tiver apresentado, no presente certame, para fins de comprovação junto ao credenciamento;

**c)** Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo ou CRC);

d) As empresas portadoras do **CRC (Certificado de Registro Cadastral)** expedido pelo Setor de Licitações, do Município de Vacaria, **em vigor e com todos os documentos em vigor (atualizados)**, poderão usá-lo em substituição aos documentos referidos nos subitens 4.1 ao 4.2, deste edital podendo entregar uma cópia no credenciamento e outra no envelope de nº 02 (documentação);

e) O CRC **não será considerado** para efeito de habilitação em certame licitatório, quando apresentar documentação com prazo de validade vencido, inclusive documentação contábil. Neste caso, a licitante poderá providenciar, **com antecedência**, junto ao Setor de Licitações, as atualizações que se fizerem necessárias no CRC (mediante apresentação de cópias reprográficas autenticadas) **OU** anexar ao CRC (no envelope Documentação), os documentos atualizados, conforme subitem 12.9 deste edital;

f) As empresas não-cadastradas como fornecedoras deste Município e que desejam fazê-lo, ou com o Certificado de Registro Cadastral (**CRC**) vencido, deverão providenciar o cadastramento até o 3.º dia anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;

**II - Declaração da licitante** de cumprimento ao artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme Anexo III), assinada por representante legal da empresa;

**III - Declaração da licitante**, sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme Anexo IV), assinada por representante legal da empresa;

**Obs.:** As declarações citadas nos subitens 4.1.II e 4.1.III que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de **Procuração ou Credenciamento** que conceda poderes ao signatário. Caso a procuração conste no credenciamento este ato fica suprido;

#### **4.2. Habilitação Fiscal**

**I - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal** (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União), em vigor;

**II - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual**, em vigor;

**III - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame, em conformidade com o subitem 4.6, deste edital;

**III.a - A Certidão** deverá expressar de forma clara e objetiva, **a situação da licitante** em relação à **totalidade dos tributos** (Mobiliários e Imobiliários) a cargo da Fazenda Municipal. Mesmo no caso de a empresa não possuir imóvel em seu nome, ou seja, isenta de qualquer imposto municipal, deverá ser apresentada certidão emitida pela Fazenda Municipal;

**Obs.:** as certidões mencionadas nos subitens 4.2.I a 4.2.III que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias;

**IV – Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, INSS, em vigor, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei;**

**Obs.:** Até 02 de novembro de 2014, a prova regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional era feita por meio da Certidão Específica, relativa às contribuições previdenciárias, inscritas ou não em Dívida Ativa da União - DAU, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Certidão Conjunta PGFN/RFB, relativa aos demais tributos administrados pela RFB e inscrições em DAU administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), emitida conjuntamente pela RFB e PGFN. O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se tiver apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em **03 de novembro de 2014** e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN. <http://www.receita.fazenda.gov.br/GuiaContribuinte/CN.htm>

**V - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;**

**VI – Prova de Regularidade trabalhista, de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;**

**VII - A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar n.º 123/06, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal, dispostas nos subitens 4.2.I a 4.2.V deste edital, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar detentora da melhor oferta.**

**VII.a - O prazo citado no subitem 4.2.VII deste edital, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.**

**VII.b - O benefício de que trata o subitem 4.2.VII deste edital, não eximirá a licitante de apresentar na sessão pública todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal, ainda que possua alguma restrição.**

**VII.c - A não-regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no subitem 10.2.1III, deste edital.**

**Obs.:** A situação das licitantes perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ-MF**), conforme Instrução Normativa da RFB n.º 748, de 28 de junho de 2007, será consultada *online*, pelo Pregoeiro.

#### **4.3 – Habilitação Técnica:**

**I – (Somente para o lote 03):** Comprovação de profissional (is) ligado ao objeto da licitação apto a trabalhar com a área de TI – Tecnologia da Informação;

**I.a – A comprovação da aptidão deverá se dar da seguinte forma:**

a) Certificado/Diploma de conclusão de Curso Superior (aprovado pelo MEC), na área da computação/informática, acompanhado da grade curricular, com a respectiva conclusão da matéria na área de TI (tecnologia da informação); ou  
b) Certificado/Diploma de conclusão de Pós-Graduação/Mestrado (aprovado pelo MEC), acompanhado da grade curricular, com a respectiva conclusão da matéria na área de TI; ou  
c) Certificado/Diploma de conclusão de Graduação Tecnológica (aprovado pelo MEC), acompanhado da grade curricular, com a respectiva conclusão da matéria na área de TI; ou  
d) Certificado/Diploma de conclusão de Curso Técnico (aprovado pelo MEC), acompanhado da grade curricular, com a respectiva conclusão da matéria na área de TI; ou  
e) Certificação ITIL V3 (Information Technology Infrastructure Library) com fundamentos na área de TI, no nível Foundation ou superior, realizado por centro de testes VUE ou PROMETRIC. Caso seja apresentada certificação de nível superior ao Foundation, estes deverão ter sido realizados em instituições credenciadas pelo EXIN ou ISEB;

**I.b** - A apresentação de prova de vínculo do responsável técnico com a empresa, que poderá se dar através de uma das seguintes formas: I - Carteira Profissional (CTPS), no caso de vínculo empregatício; II - Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário; III – Será admitido, também, contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum;

**Observação:**

- Os cursos superiores ou qualquer área de formação acrescida de pós-graduação na área de Tecnologia da Informação, desde que reconhecida pelo MEC, serão aceitos;
- Caso os devidos reconhecimentos, MEC, VUE/PROMETRIC, EXIN/ISB, não estejam identificados nos respectivos diplomas/certificados/certificações, a Comissão poderá, a qualquer tempo, exigir a prova da comprovação, sob pena de inabilitação;

**II – (Somente para o lote 03): Atestado de capacitação técnico-profissional**, em nome do responsável técnico da empresa (vide item 4.3 I), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, ou seja, relacionado a atividades de projetos, planejamento, implementação ou coordenação de atividades relacionadas a área de tecnologia da informação na utilização dos recursos tecnológicos em controle de redes LAN/WAN/VLAN;

**II.a** – Cópia do contrato, com a pessoa jurídica de direito público ou privado, que originou o atestado;

**Observação:**

- Considera-se compatível o objeto cuja complexidade técnica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre o serviço executado e o período utilizado para tanto.
- A empresa poderá apresentar apenas um profissional, mas o mesmo será o profissional vinculado a executar o serviço durante a duração do contrato. Caso a empresa venha a substituí-lo por outro profissional, este deverá possuir, comprovadamente, capacidade técnica igual ou superior ao profissional apresentado, inclusive com os documentos do item 4.3 incisos I e II;

**III – (Somente para os lotes 01 e 02): Atestado de capacidade técnica**, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, ou seja, fornecimento e serviço de fornecimento e suporte/manutenção de software;



**III.a** – Cópia do contrato, com a pessoa jurídica de direito público ou privado, que originou o atestado.

**Observação:**

- Considera-se compatível o objeto cuja complexidade técnica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre o serviço executado e o período utilizado para tanto.
- Não será aceito apenas a cópia do contrato, é necessária a apresentação conjunta do atestado, demonstrando assim que a empresa cumpriu com seus serviços/deveres perante o órgão/empresa contratante;

**4.4.** Os documentos deverão ser originais ou cópias autenticadas. Os documentos expedidos pela *Internet* poderão ser apresentados em **forma original** ou **cópia reprográfica sem autenticação**. Entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pelo Pregoeiro.

**4.5.** Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de **uma única empresa (razão social e CNPJ)**.

**4.6.** As empresas que emitirem declarações, ou utilizarem declarações de outras empresas, como requisitos necessários para as fases de classificação, habilitação e pagamento, ou qualquer outro procedimento do processo licitatório, se responsabilizarão pela autenticidade contida nas mesmas, sob as penas descritas em lei.

**4.7.** O descumprimento dos documentos de habilitação, ocasionarão a inabilitação da licitante.

**NOTA IMPORTANTE**

*1. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.*

*1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5.º, da Lei n.º 8.666/93.*

*1.2. Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I, da Lei n.º 8.666/93.*

**5 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**5.1.** No julgamento observar-se-á o disposto no artigo 4.º, inciso X, da Lei n.º 10.520/02.

**5.2.** O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**.

**5.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações.**

## **6 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**6.1.** Caso não haja recurso(s), o Pregoeiro, adjudicará o lote do certame à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pelo Sr. Prefeito Municipal a(s) proponente(s) que apresentar(em) a(s) proposta(s) de acordo com a(s) especificação(ões) do edital e ofertar(em) o(s) menor(es) preço(s).

**6.1.1.** Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à realização do Pregão, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**6.1.2.** Caso as licitantes interponham recursos administrativos por meio de fac-símile, estes deverão ser transmitidos ao Pregoeiro dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados e entregues no Setor de Licitações, em até 2 (dois) dias úteis da data do término do prazo recursal, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

**6.1.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do lote da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**6.1.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**6.2.** Ao Município fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o Município poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, nas Leis n.º 8.666/93 e suas alterações, n.º 10.520/02 e Decreto Municipal n.º 50/05.

## **7 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**7.1.** Esgotados todos os prazos recursais, o Município, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de entrega dos envelopes, convocará a vencedora para assinar o contrato (**caso o Município não opte pela entrega única e imediata**), que deverá firmar a contratação no prazo instituído no subitem 7.1.1 deste edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 10.2.2II deste edital.

**7.1.1.** A licitante vencedora terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para assinatura do contrato, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Município.

**7.2.** O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data da assinatura e vigorará até, quando for o caso, o final (garantia, assistência técnica, validade, entrega, serviço, exercício financeiro), podendo ser prorrogado a critério da administração, ou

rescindido antecipadamente por inexecução contratual. Caso o contrato ultrapasse doze meses, o mesmo poderá ser reajustado monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

**7.3.** Caso a licitante vencedora se recuse a assinar o contrato (não se eximindo das sanções do edital), será convocada a segunda classificada, intimando-se as demais participantes da fase de lances para que, em sessão pública, seja examinada a última oferta válida e verificada a aceitabilidade da proposta, sem prejuízo das sanções cabíveis, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. O Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido preço melhor, e, após, procederá à habilitação da licitante detentora da melhor oferta.

**7.4.** A licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, deverá prestar a garantia nas modalidades previstas, **no valor de 2% (dois por cento) do valor global do contrato**, consoante artigo 56, *caput*, § 1.º, 2.º e 4.º da lei regradora.

**7.5 -** Caso a licitante opte pela **carta de fiança bancária ou seguro garantia**, esta **deverá ser apresentada no seu original** e terá validade por todo o período de execução do contrato.

**7.6 -** Caso a licitante opte pelo depósito em moeda corrente, esta deverá avisar o Município por escrito, para que possa fornecer a conta.

**7.7 -** A garantia prestada será liberada ou restituída, ao término da vigência do contrato, se não utilizada nas formas do artigo 86, parágrafo 3.º da Lei n.º 8.666/93. Contudo, reverterá a garantia a favor do Município, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da licitante vencedora, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

**7.8 -** Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida, deverá sofrer atualização monetária. A garantia será liberada após o recebimento definitivo do serviço.

**7.9 -** O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias neste certame em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.10-** O Município de Vacaria poderá se utilizar dos benefícios do art. 57 da lei nº 8.666/93, caso tenha interesse.

**7.11 -** O contrato a ser assinado terá como base a minuta integrante deste edital (Anexo VII).

## **8 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1 –** Pela execução dos serviços, o pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da nota fiscal, após a autorização, por escrito, da CPD – Central de Procedimento de Dados, de que o serviço/fornecimento foi realizado corretamente, com preço fixo e sem reajuste.

**OBS.:**

I - Ao emitir a nota fiscal, a empresa deverá fazer constar, Município de Vacaria, além do nº do edital (Pregão Presencial nº 36/2015), a especificação do(s) item(s), nº do(s) item(s), nº do(s) empenho(s) correspondente(s), sob pena de ter de refazê-la.

**8.2.** Para fins de pagamento, a licitante vencedora, deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do material. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Setor de Pagamentos pelo fone nº (054) 3231 6415 ou, transmití - los via e-mail para o endereço eletrônico – [pagamentos@vacaria.rs.gov.br](mailto:pagamentos@vacaria.rs.gov.br).

**8.3.** Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de ser obtido valor unitário com duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

**8.4.** Alguns descontos ou multas poderão ser aplicados, vide sanções do item 10, principalmente 10.2.2, III;

## **9 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO**

**9.1.** . Para a fiscalização do objeto desta licitação, o Município designa o Diretor da Central de Processamento de Dados - CPD, responsáveis pelo objeto, ou outro expressamente designado por estes, que fará a fiscalização nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma) **provisoriamente**, no ato da execução completa, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

**a) provisoriamente**, no ato de cada parcela executada, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

**b) definitivamente**, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade, quantidade e características do material/serviço e conseqüente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório, nos termos do subitem 9.1.a.

***Obs.: quando da verificação, se o material não atender às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas no subitem 10.2.1, deste edital***

**9.2.** A execução estimada do serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite legal, a critério da Administração, com o aval do CPD, de que os fornecimentos/serviços foram executados corretamente.

## **10 - DAS SANÇÕES**

### **10.1 – ADVERTÊNCIA**

A penalidade de **ADVERTÊNCIA** poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

**10.1.1** - Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

**10.1.2** - Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

## **10.2 – MULTA**

A entidade poderá aplicar à licitante ou contratada, multa moratória e multa por inexecução contratual:

### **10.2.1 - MULTA MORATÓRIA**

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, entrega/execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos.

I - A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.1, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

II – A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.1, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.1, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

### **10.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser não celebrado/rescindido o contrato e imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3, pelo prazo de até 60 (sessenta meses), independente de multa.

III – O descumprimento das seguintes situações, podem ocasionar as seguintes sanções:

III.a - Falta/carência de assessoramento: Rescisão do contrato ou advertência e multa (10.2.1);

III.b - Não realização do número mínimo de suportes presenciais: Advertência e desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal contratado;

III.c - Falhas/danos em equipamentos, serviços e softwares, que possam ocasionar prejuízo à Administração: Rescisão do contrato, ressarcimento dos prejuízos ocasionados, independentemente de multa (10.2.1) e suspensão ou declaração de inidoneidade (impedimento de licitar 10.3) para licitar com a Administração Pública;

III.d - Não apresentação de projetos: Desconto de 100% referente a última parcela contratual e, a critério do CPD, não prorrogação do contrato;

III.e - Demais serviços pertinentes ao objeto contratado: multa (10.2.1), independentemente das demais sanções previstas no edital;

### **10.3 – IMPEDIMENTO DE LICITAR**

**10.3.1** - Nos termos do Art. 7º da Lei nº. 10.520/02, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Vacaria, nos casos de:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não-manutenção da proposta ou lance verbal;
- d) fraude ou falha na execução do contrato.
- e) comportamento inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**10.4** - As penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, sendo facultado a licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 10 deste edital.

## **11 - DO PROCEDIMENTO**

**11.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.**

**11.2.** No dia, hora e local designados neste edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do subitem 2.1.

**11.3.** Feito o credenciamento das licitantes e na presença delas e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º1-Proposta e n.º2-Documentação, procederá a abertura do envelope contendo a proposta e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

**11.4.** Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 11.3, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

**11.5.** Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

**11.6.** O Pregoeiro convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo autor da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preço. Em caso de empate entre duas ou mais propostas e, não havendo mais lances de menor preço, será realizado o sorteio.

**11.6.1. Os lances serão pelo PREÇO GLOBAL DO LOTE.**

**11.7.** Quando a licitação não for exclusiva as beneficiadas pela Lei Complementar 123/06 e suas alterações, encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2.º, da Lei Complementar n.º 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte e demais beneficiadas.

**11.7.1.** Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas licitantes sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**11.8.** Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

**11.8.1.** A licitante beneficiada pela Lei Complementar n.º 123/06, detentora da proposta de menor valor, será convocada para apresentar, no prazo de até 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, nova proposta, inferior àquela considerada de menor preço;

**11.8.2.** Se a licitante não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, igual direito às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, no mesmo prazo citado no subitem 11.8.1, deste edital.

**11.8.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo do item 11.7.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifiquem aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**11.8.4.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 11.7 e 11.8, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

**11.9.** O disposto nos subitens 11.7 e 11.8 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentada por licitante enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123/06.

**11.10.** Não poderá haver desistência da proposta ou dos lances já ofertados, após abertos os envelopes n.º 1 - proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no item 10.3.1c deste edital.

**11.11.** A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

**11.12.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado pela Administração.

**11.12.1.** Em havendo apenas uma oferta, desde que atenda a todos os termos do edital e seu preço seja compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar para que seja obtido o preço melhor.

**11.13.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

**11.14.** Sendo aceitável a proposta de menor preço do lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**11.15.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o lote do certame.

**11.16.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes verificando a sua aceitabilidade, procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o lote.

**11.17.** Nas situações previstas nos subitens 11.14 e 11.16, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**11.18.** Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

**11.19.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, observando o disposto no subitem 6.1.3, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.20.** O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**11.21.** Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o lote à licitante detentora da melhor oferta do certame.

**11.22.** Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, lacrados e devidamente rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos, na qual será **obrigatória** a presença de todas as licitantes, **sob pena de desclassificação da proposta e decadência dos direitos das mesmas, inclusive quanto a recursos.**



## **12- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** As despesas decorrentes do fornecimento do material correrão por conta da dotação orçamentária:

04 – Secretaria Municipal de Gestão e Finanças  
2.051 – Manutenção da Secretaria  
33903900 – Outros serviços de terceiros – PJ 128

08 – Secretaria Municipal da Educação  
2.413 – Manutenção da Secretaria  
33903900 – Outros serviços de terceiros - PJ 323

10 – Secretaria Municipal da Saúde  
2.761 – Manutenção da Secretaria  
33903900 – Outros Serviços de Terceiros – PJ - 454

**12.2.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.3.** Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível em folha tamanho A4. Validade da proposta será de 60 dias.

**12.4.** Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias.

**12.5.** Da sessão de abertura lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados.

**12.6.** Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.

**12.7.** Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na reunião de recebimento, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.666/93.

**12.8.** Não serão aceitas **documentação, propostas e impugnações** enviadas por fac-símile ou qualquer outro meio eletrônico de transmissão de dados e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

**12.9. Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto o disposto no subitem 4.4.** A autenticação dos documentos feita pelo Setor de Licitações deverá ser solicitada até, no máximo, o dia útil anterior à data marcada para a abertura da presente licitação, não sendo feita nenhuma autenticação na data da abertura. Caso a licitante não autenticar os documentos junto ao Setor de Licitações até a data mencionada, deverá fazê-lo em cartório.

**12.10.** Os envelopes contendo a documentação habilitatória das licitantes classificadas para a fase de lance permanecerão em poder do Pregoeiro, durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação das propostas. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

**12.11.** Servidores, assim considerados aqueles do artigo 84, *caput* e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

**12.12.** A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta, a juízo da Comissão, não implicará a desclassificação da licitante.

**12.13.** O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados no setor de licitações ou pelo site [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br), link licitações.

**12.14.** Fazem parte deste edital:

Anexo I	- Modelo de Credenciamento.
Anexo II	- Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta.
Anexo III	- Declaração de Cumprimento ao Artigo 7.º, Inciso XXXIII, da CF.
Anexo IV	- Declaração de Idoneidade.
Anexo V	- Declaração de Enquadramento para ME e EPP
Anexo VI	- Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação
Anexo VII	- Minuta de Contrato
Anexo VIII	- Especificações técnicas sistema de monitoramento dos pontos clientes
Anexo IX	- Especific. téc. software p/ gerenciamento em processos de help desk
Anexo X	- Esp. téc. assess. em gestão de tecnol. de info. para redes LAN/WAN/VLAN

**12.15.** Para maiores informações:

**a) Setor de licitações, Edital:** (54) 3231-6410, Ronerson Bueno, Lisiane de Oliveira;

**b) Informações de Cadastro - CRC:** (54) 3231-6410, João Alfredo Leite;

**c) Fac-símile Setor de Licitações:** (54) 3232-2426

**Obs.:** Informações por telefone, somente no horário de externo, ou seja, das 10h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Vacaria, 29 de abril de 2015.

***Elói Poltronieri***  
***Prefeito Municipal***

## ANEXO I

### CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade com RG n.º \_\_\_\_\_, para participar em procedimento licitatório, consistente no **Pregão Presencial n.º 36/2015**, podendo praticar **todos** os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada, inclusive os poderes para formular lances, negociar preços, interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/CNPJ

## ANEXO II

### FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2015

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CNPJ-MF: \_\_\_\_\_

FONE/FAC-SÍMILE: \_\_\_\_\_

LOTE	Descrição dos serviços: Requisitos mínimos, podendo ser superior.	Valor unitário mensal estimado	Valor total estimado
01	Fornecimento de software de monitoramento 24h, com métodos de pesquisa em protocolos ICMP, IPX e NetBIOS, bem como suporte on-line (Help-Desk, com protocolo digital) e intervenção técnica presencial, com fornecimento temporário de equipamentos/software, quando necessário, conforme <b>anexo VIII</b> . Fornecimento mensal R\$ 2.460,00 Serviço mensal R\$ 7.800,00	R\$ 10.260,00	R\$ 123.120,00
02	Fornecimento de software para gerenciamento em processos de Help-Desk, do tipo proprietário, com disponibilidades de manutenção, atualizações e intervenções de adequação técnica para os serviços específicos em cada setor ou segmento definido pelo setor de TI, conforme <b>anexo IX</b> . Fornecimento mensal, incluída manutenção, atualização e intervenção do software R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
03	Serviços de TI – Tecnologia da Informação, para assessoria em Gestão de Processo de Tecnologia da Informação para o Município, e na infraestrutura, segurança e administração das redes Lan/Wan/Vlan, conforme <b>anexo X</b> .	R\$ 6.500,00	R\$ 78.000,00

Validade dos serviços/fornecimentos: 12 meses.

Validade da proposta 60 dias.

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do representante legal da empresa  
VER ITEM 3.6

## **ANEXO III**

**AO (À) PREGOEIRO (A)**

### **DECLARAÇÃO**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do presente processo licitatório, que, em cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/93, não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a contar dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Razão Social: \_\_\_\_\_

---

**Nome completo e assinatura do representante legal da empresa**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/CNPJ**

## **ANEXO IV**

**AO (À) PREGOEIRO (A)**

### **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

(Razão Social da licitante) ....., por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei de Licitações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

**Nome completo e assinatura do representante legal da empresa**

## **ANEXO V**

(MODELO)

AO PREGOEIRO

### **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME E EPP**

(Razão Social da licitante)....., por meio de seu Responsável Legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
**Nome completo e assinatura do representante legal da empresa**

\_\_\_\_\_  
**Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e  
assinatura do contador ou técnico contábil da empresa**

## **ANEXO VI**

**AO PREGOEIRO**

### **DECLARAÇÃO**

(Razão Social da licitante)....., por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

**Nome completo e assinatura do representante legal da empresa**



## ANEXO VIII

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS PONTOS CLIENTES

#### Contratação de empresa para fornecimento e serviço de software de monitoramento 24 horas

##### Fornecimento:

Fornecimento de Software de Monitoramento 24 Hs, com métodos de pesquisa em Protocolos ICMP, IPX e NetBIOS, com métodos de alarme nos seguintes requisitos/modos mínimos:

- Sonoros;
- e-mail;
- discagem para número de selecionável;
- Suporte a SNMP;
- Editor de mapas orientado a objeto;
- Webserver para acesso externo ao software;
- Relatório de Estatísticas de UP/DOW por dispositivo cadastrado;
- Log de Atividades, TRAPs SNMP, Logs de sistema e logs para Debug;
- Ferramenta para detecção de dispositivos na rede, e detecção de serviços;
- Sem limites de dispositivos monitorados.

Os sistemas acima descrito deverá ser realizado em cima de software fornecido pela empresa vencedora, licenciado (com licenças renováveis durante o prazo do contrato) ou em regime de comodato, com as características mínimas solicitadas, contemplado no valor da proposta.

Valor estimado mensal: R\$ 2.460,00 (Dois mil, quatrocentos e sessenta reais);

##### Serviço:

Suporte on-line (Help-Desk, com protocolo digital) e intervenção técnica presencial, quando exigido, durante a vigência do contrato em dias úteis e horário comercial. Tanto o suporte on-line, como o suporte presencial, deverão respeitar ao tempo de atendimento: **Máximo de 06 horas e tempo de solução em até 24 horas.** Quando necessária a troca de equipamentos, a empresa deverá realiza-lo, sem custos, em regime de comodato até a aquisição/reparo e troca do equipamento/software pelo Município.

O Software ou Hardwares fornecidos temporariamente deverão possuir certificação da empresa detentora das tecnologias implantadas, na sua integridade, até a aquisição/troca do equipamento/software pelo município. Como por exemplo, substituição de rádios e routerboards, etc.

Valor estimado mensal: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais);

Valor total/global estimado mensal **R\$ 10.260,00** (Dez mil, duzentos e sessenta reais);

Valor total/global estimado anual **R\$ 123.120,00** (Cento e vinte e três mil e cento e vinte reais);

## ANEXO IX

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO EM PROCESSOS DE HELP DESK

Fornecimento de Software Help-Desk, do tipo proprietário, com disponibilidades de manutenção, atualizações e intervenções de adequação técnica para os serviços específicos em cada setor ou segmento definido por nosso TI (5 segmentos um controle individual por segmento e global), devendo possuir os seguintes requisitos mínimos:

- Desenvolvida em Código PHP criptografado, para rodar em Servidor Web Apache 1.3.37;
- Gravação dos dados em Banco de Dados Relacional MySQL, versão 4.1.22;
- Suporte a segurança por nível de Usuário, com controle por interface web e repositório dos dados em Banco de Dados Relacional; - Controle de acesso por Usuário/Grupo;
- Relatório de chamados (ticket's), com os dados mantidos em Banco de Dados Relacional;
- Controle de acesso por sessão;
- Visualização e impressão de ticket's, com todo o seu histórico;
- Notificações por email de abertura, resposta licitante e para o Cliente;
- Gerenciamento de ticket's possibilitando, re-abertura de um ou mais ticket's;
- Possibilidade de enviar mensagens Privadas;
- Filtro por e-mail, palavra-chave categoria, status ordenado por ticket, prioridade, data e categoria especificando quantos registros por página;
- Deverá ter a disponibilidade de Help-Desk para os serviços de chamadas em qualquer dia ou horário fornecendo protocolo digital do mesmo.

Valor total/global estimado mensal **R\$ 3.800,00** (Três mil e oitocentos reais); Contemplando o fornecimento, manutenção e intervenção no software.

Valor total/global estimado anual **R\$ 45.600,00** (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais);

## **ANEXO X**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ASSESSORIA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA REDES LAN/WAN/VLAN**

Contratação de empresa, detentora de profissional na área de TI – Tecnologia da Informação para assessoria em Gestão de Processo de tecnologia da informação para o Município e na infraestrutura, segurança e administração das redes Lan, Wan e Vlan.

Assessoria técnica permanente durante a vigência do contrato, em dias úteis, com, no mínimo, 01 (uma) visita presencial, por mês, durante os 12 (doze) meses de contrato, em dias úteis, no horário de expediente da Administração, com tempo de atendimento mínimo de visita, de 06 (seis) horas, verificando situações específicas, elaborando projetos e orientando atividades relacionadas a administração de redes LAN/WAN/VLAN e seus correlatos.

Os serviços durante o prazo de contrato devem basear-se em:

- Administração, monitoramento e orientação na configuração de perfis de usuários de rede;
- Visualização de demandas de solicitações de subgrupos de acesso de upload e download com controle de utilização de link por usuário e consumo de banda;
- Orientar a gestão eficiente de demanda e controle de preferências de banda visando agilidade de processos em rede;
- Buscar otimização da navegação por perfis de usuários na rede;
- Monitorar e orientar na defesa de atividades possivelmente danosas às redes e Integridade de informação que nelas trafega;
- Orientação em processo de detecção e isolamento de atividades danosas a rede;
- Desenvolver metodologia preventiva e identificação de situações danosas à rede e à integridade de dados que nela trafegam, bem como ao ambiente interno;
- Desenvolver e orientar técnicas de controle de acessos externos e internos e formas de monitoramento;
- Orientar e coordenar ambientações de equipamentos e softwares na rede WAN/LAN, inclusive na elaboração e manutenção de memoriais descritivos;
- Promover orientação e desenvolvimento de otimização de tempo e recursos de rede e maximização de uso das ferramentas existentes, promovendo gestão de incidentes e orientação na redução dos mesmos;
- Orientar na documentação e administração de processos evolutivos de gestão de TI;
- Outras atividades pertinentes ao manejo e desenvolvimento de uso das ferramentas de rede LAN/WAN/VLAN da administração.

Sendo a informação um patrimônio, um bem que agrega valor e dá sentido às atividades que a utilizam, é necessário fazer uso de recursos de TI de maneira apropriada, ou seja, é preciso utilizar ferramentas, sistemas ou outros meios que façam das informações um diferencial.

Por isso, é que, além dos serviços de assessoramento prestados, o Município procura, com esta contratação, que o Profissional busque soluções que tragam resultados realmente relevantes, isto é, que permitam transformar as informações em algo com valor maior, sem deixar de considerar o aspecto do menor custo possível.

Para materializar esta busca, durante o prazo do contrato (12 meses), o Município solicita, além dos demais serviços prestados mensalmente, que o profissional apresente, no mínimo, 01 (um) projeto, viável, de melhorias na área de tecnologia. A apresentação deste projeto, não obriga o Município a realizá-lo, mas é condição necessária, conforme entendimento do Setor Tecnológico Municipal, para futura prorrogação dos serviços. A aceitação do projeto, como válido, e a prorrogação do contrato, reajustável pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, dependerá do aval do setor técnico de tecnologia do Município CPD (Central de Processamento de Dados).

Em caso de prorrogação de contrato, o profissional da respectiva empresa, deverá apresentar novo projeto, referente aos 12 (doze) meses posteriores e assim, sucessivamente, até o limite legal;

Obrigações/sanções:

O descumprimento reiterado dos serviços como:

- 1 Falta/carência de assessoramento;
- 2 Não realização do número mínimo de suportes presenciais;
- 3 Falhas/danos em equipamentos, serviços e softwares, que possam ocasionar prejuízo a Administração;
- 4 Não apresentação de projetos;
- 5 Demais serviços pertinentes ao objeto contratado;

Podem ocasionar as seguintes sanções:

No caso do item 1 – Rescisão do contrato ou advertência e multa (conforme edital);

No caso do item 2 – Advertência e desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal contratado;

No caso do item 3 – Rescisão do contrato, ressarcimento dos prejuízos ocasionados, independentemente de multa e suspensão ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

No caso do item 4 – Desconto de 100% referente a última parcela contratual e, a critério do CPD, não prorrogação do contrato;

No caso do item 5 – Conforme a situação, multa, independentemente das demais sanções previstas no edital;

Valor total/global estimado mensal dos serviços: **R\$ 6.500,00** (Seis mil e quinhentos reais);

Valor total/global estimado anual do contrato: **R\$ 78.000,00** (Setenta e oito mil reais);